

ANÁLISE DE MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE ECONÔMICO E POPULACIONAL ATRAVÉS DOS INDICADORES SOCIAIS

Denis Cereja dos SANTOS¹

Angela Maria ENDLICH²

RESUMO

Este estudo tem por objetivo a análise da evolução social dos municípios instalados na década de 1990 através dos indicadores sociais. O recorte territorial corresponde a área da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí - Amuvi. Os municípios instalados na década de 1990 são: Arapuã, Ariranha do Ivaí, Cruzmaltina, Godoy Moreira, Lidianópolis, Mauá da Serra, Rosário do Ivaí e Novo Itacolomi. Os indicadores foram analisados através dos seguintes índices socioeconômicos: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e o Índice de Exclusão Social. Foram comparados os dados mais antigos com relação aos mais recentes de cada localidade, evidenciando a evolução dos municípios em áreas que serão especificadas nos quesitos econômico ou social. O emprego dos indicadores pode estabelecer estratégias de fomento e desenvolvimento territorial, no caso deste artigo utilizando como objeto a escala local, em especial os municípios demograficamente pequenos. No entanto, como não foram utilizados dados diretos, obtidos através de pesquisa de campo, ressaltamos que os indicadores não podem ser estabelecidos como verdade absoluta, pois cada localidade deve ter uma atenção particular. É preciso conhecer cada localidade, onde outros fatores além dos conhecidos pelos indicadores podem ser evidenciados como influenciadores no desenvolvimento da sociedade local.

Palavras chave: Escala local. Município. Indicadores. Amuvi.

1 Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

2 Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) - Campus de Presidente Prudente. Estágio pós-doutoral na Universidade de Barcelona (2013-2014). Docente adjunta da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

ANALYSIS OF SMALL ECONOMIC AND POPULATIONAL MUNICIPALITIES THROUGH SOCIAL INDICATORS

ABSTRACT

This study aims to analyze the social evolution of municipalities installed in the 1990s through social indicators. The territorial cut corresponds to the area of the Association of Municipalities of Vale do Ivaí - Amuvi. The municipalities installed in the 1990s are: Arapuã, Ariranha do Ivaí, Cruzmaltina, Godoy Moreira, Lidianópolis, Mauá da Serra, Rosario do Ivaí and Novo Itacolomi. The indicators were analyzed using the following socioeconomic indices: Firjan Municipal Development Index, Municipal Human Development Index and the Social Exclusion Index. Older data were compared with the most recent data of each locality, showing the evolution of the municipalities in areas that will be specified in the economic or social aspects. The use of indicators can establish strategies for territorial development and development, in the case of this article using the local scale as an object, especially demographically small municipalities. However, as no direct data obtained through field research were used, we point out that the indicators cannot be established as absolute truth, as each locality must have particular attention. It is necessary to know each locality, where other factors besides those known by the indicators can be evidenced as influencers in the development of the local society.

Keywords: Local scale. County. Idicators. Amuvi.

1 INTRODUÇÃO

O município, apresentado enquanto institucionalização territorial na escala local, será a base para o entendimento das principais aplicações que podem ser atribuídas aos indicadores sociais, enfatizando a sua utilização com forma de identificar a situação dessas localidades, sua evolução como território institucionalizado e estratégias de planejamento que podem ser implementadas, observados as características particulares de cada unidade territorial local. Adotamos como recorte territorial para a análise a área compreendida pela Associação dos Municípios do Vale do Ivaí – Amuvi³, como forma de restringir o número de municípios a serem selecionados para a análise, com um conjunto de localidades que estão compreendidas em um mesmo contexto regional.

Os indicadores sociais utilizados foram os seguintes: o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, o IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, e o Índice de Exclusão Social. A intenção em se utilizar três modelos de indicadores tem como objetivo enfatizar que, mesmo utilizando-se de metodologias diferentes, todos os modelos apresentam mudanças positivas em seus resultados gerais.

A década de 1990 foi o período que marcou a última fase de instalação de municípios no estado do Paraná com 81 localidades emancipadas. Após um período de maior flexibilidade, principalmente em função da promulgação da Constituição Federal de 1988, retorna no cenário político um viés mais centralizador. O artigo que regia a criação de municípios foi alterado pela Emenda Constitucional 15/1996, definindo-se assim critérios mais rígidos para a criação de novas unidades municipais no Brasil (BRASIL, 1996). Em síntese, olhar para a trajetória do município como instituição, permite observarmos que ela é pouco valorizada. No caso brasileiro, isso acontece a despeito da última constituição nacional que considera o município como um ente federativo da república.

Nesse sentido, a escolha de municípios instalados em um período mais recente no estado do Paraná tem por objetivo, mesmo que de maneira inicial, entender como se deu a evolução

³ A Amuvi foi fundada em 12 de julho de 1969. É uma entidade que visa à integração administrativa, econômica e social dos municípios que a integram. É constituída pelos seguintes municípios: Apucarana, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Marilândia do Sul, Marumbi, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí.

socioeconômica nas localidades recém emancipadas, enfatizando a importância da criação de um novo município para a vida da sociedade local. Não ignoramos os discursos contrários, ou os processos nem sempre mais apropriados, como o uso político imediato que oligarquias fizeram desse processo. Ressaltamos, que apesar de tudo, nosso propósito é analisar a condição humana e social de vida. A medida em que ocorre uma descentralização ainda que mínima, há a promoção de uma melhora na vida social? Neste artigo buscaremos as respostas por meio dos indicadores sociais.

2 OS MUNICÍPIOS INSTALADOS NA DÉCADA DE 1990 NA ÁREA DA AMUVI

Observando esta última fase de mudança territorial no estado do Paraná que foi a década de 1990, realizamos um breve panorama geral das características de grande parte dos municípios criados nesse período. Segundo o estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Regiões de Influência das Cidades – Regic (IBGE, 2007), grande parte dos municípios instalados têm como sede centros urbanos que se enquadram na categoria de menor nível hierárquico na rede urbana, ou seja, são pequenos centros que dispõem de serviços que tradicionalmente suprem as necessidades de sua população (Endlich, 2006), e sendo classificados como pequenas cidades. Dos 81 municípios instalados na década de 1990, 68 localidades, ou seja, 83,95 %, possuem um contingente populacional de até dez mil habitantes em todo o território municipal (IBGE, 2010). Tendo em vista o fator locacional e sua significância na dinâmica de um município, torna-se necessária uma diminuição na escala geográfica de observação, através da Amuvi. Os municípios que fazem parte da Amuvi podem ser observados na Figura 1.

A formação dos territórios que compõem a Amuvi, apesar de apresentarem algumas características parecidas as da organização econômica no período de ocupação, apresentam aspectos diferentes quanto ao modo como as áreas foram ocupadas inicialmente: parte possui uma ocupação planejada, sem conflitos, parte foi marcada por conflitos e disputas judiciais durante o processo de ocupação efetiva do território. Dos municípios que integram a Amuvi, oito foram emancipados durante a década de 1990, sendo eles: Arapuã, Ariranha do Ivaí, Godoy Moreira, Lidianópolis, Cruzmaltina, Mauá da Serra, Rio Branco do Ivaí e Novo Itacolomi. A localização dos municípios citados pode ser observada na Figura 2.

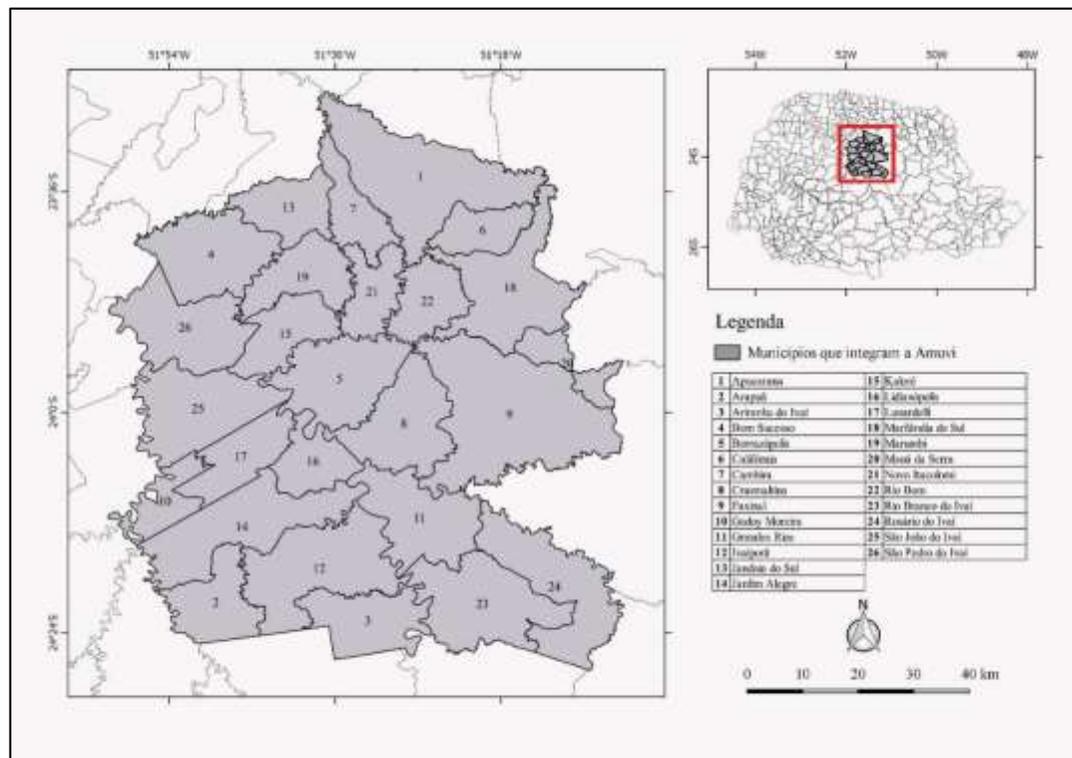


Figura 1: Municípios que integram a Amuvi.

Fonte: Amuvi (2019); Base Cartográfica: IBGE (2010); Elaboração: SANTOS, D. C. (2019).

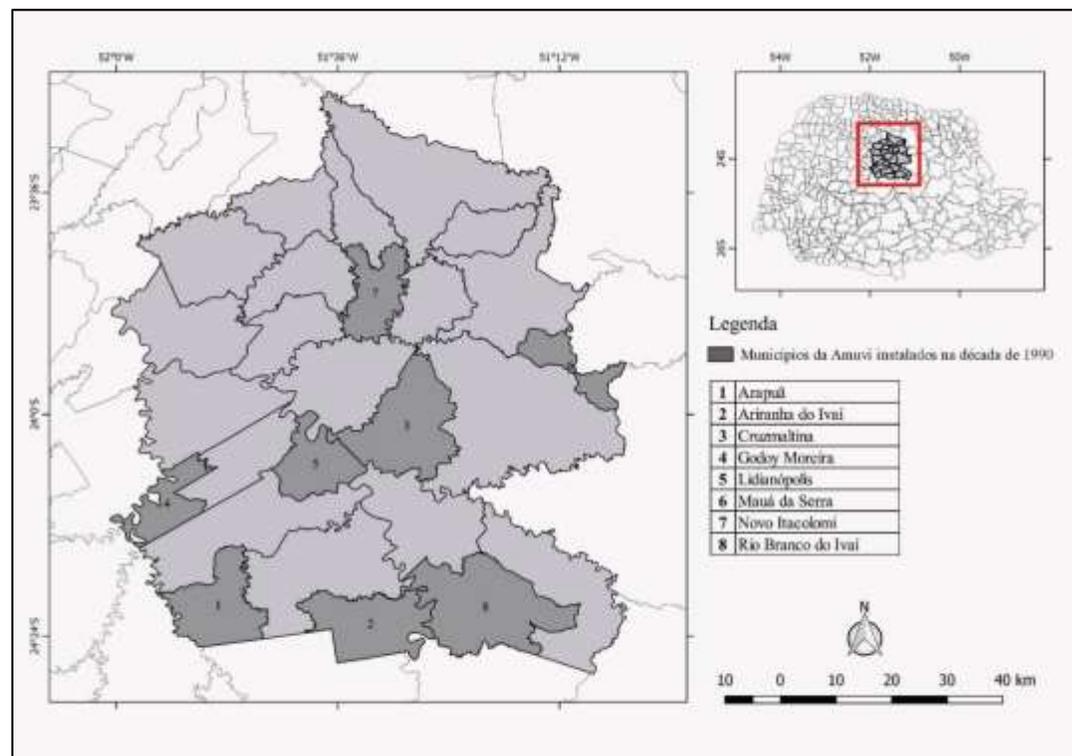


Figura 2: Municípios instalados na década de 1990 que integram a Amuvi.

Fonte: Amuvi (2019); Base Cartográfica: IBGE (2010); Elaboração: SANTOS, D. C. (2019)

Os municípios emancipados na década de 1990 que integram a Amuvi, possuem um contingente populacional de até 10 mil habitantes. Outro fator importante é que, segundo os dados dos censos demográficos referentes aos anos de 2000 e 2010, seis dos oito municípios selecionados apresentaram uma diminuição no número de habitantes, como pode ser observado no Quadro 1.

Município	Instalação	População (2000)	População (2010)
Arapuã	1997	4.172	3.561
Ariranha do Ivaí	1997	2.883	2.453
Cruzmaltina	1997	3.459	3.162
Godoy Moreira	1990	3.836	3.337
Lidianópolis	1993	4.783	3.973
Mauá da Serra	1993	6.471	8.555
Novo Itacolomi	1993	2.866	2.827
Rio Branco do Ivaí	1997	3.758	3.898

Quadro 1. Amuvi: ano de instalação e população censitária dos municípios, na década de 1990.

Fonte: IBGE, 2000; 2010. Organização: SANTOS, D. C.

Considerando a região onde os municípios que integram a Amuvi estão localizados, Endlich (2006), faz uma reflexão sobre os papéis e significados das pequenas cidades. É preciso deixar claro que não podemos confundir os significados de cidade e município, mas as mudanças econômicas e sociais na região que acarretaram na perda de centralidade por parte dos pequenos centros urbanos não é exclusividade da sociedade urbana, pois toda a dinâmica dos municípios foi alterada, tanto no campo quanto nas respectivas sedes. Valendo-se disso, a autora enfatiza que

[...]a centralidade dos pequenos núcleos urbanos tem sido subtraída a partir da crise da economia cafeeira que provocou uma série de transformações no espaço regional, com marcante migração da população do campo e das pequenas cidades. As transformações econômicas resultaram numa série de transformações socioespaciais. [...] Este processo mostra que uma forma espacial produzida num dado momento econômico pode não ser adequada quando novos arranjos econômicos são compostos. Para significativa parte da sociedade, esse processo inviabiliza a possibilidade de prosseguir vivendo no mesmo local, ou seja, fica sem “um lugar para permanecer”, ante as dificuldades de reprodução da vida nestes locais. A condição social dos trabalhadores não os aliena apenas do produto do seu trabalho, mas também da espacialidade produzida juntamente com a produção de riquezas. (ENDLICH, 2006, p. 24).

Não somente as pequenas cidades já existentes na região passaram a ter dificuldades, como também os seus distritos administrativos. Alguns desses distritos viram na possibilidade de

emancipação uma alternativa aos problemas socioeconômicos que começaram com a crise cafeeira na região e com as mudanças do modo de produção no campo. Entretanto, diferentemente das suas antigas sedes que foram criadas em um período em que a economia cafeeira estava em alta, demandando uma grande quantidade de mão de obra e somente mais tarde foram perdendo população com a crise, as novas municipalidades surgiram quando esse processo já havia sido encerrado e o novo modelo de produção já estava em vigor.

Os municípios emancipados no Paraná na década de 1990, a maior parte deles polarizados por pequenas cidades com baixa dinâmica populacional, necessitam de estratégias específicas que propiciem o desenvolvimento nessas localidades. Entender a dinâmica de um município deve ser muito mais aprofundada do que simplesmente observar a sua variação populacional ou ano de instalação. É preciso saber se os municípios cumprem suas atribuições e papéis, ou seja, se com a emancipação, a população tem acesso a serviços públicos de primeira necessidade e se elas conseguem desenvolver melhor suas vidas como cidadãs.

3 OS INDICADORES SOCIAIS COMO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DE ANÁLISE

O objetivo deste item é uma reflexão sobre a utilização dos indicadores sociais. A principal questão geral a ser entendida é a real função desses indicadores e como a definição dos mesmos auxiliam no processo de gestão pública. Para a pesquisa, de modo mais específico, analisar os indicadores corresponde a um dos procedimentos adotados para apreender a condição social de vida nos municípios. As reflexões de autores como Jannuzzi (2002) e Milléo (2005) fundamentaram esta análise. Considerando uma perspectiva inicial sobre os indicadores, principalmente no contexto da ciência geográfica.

Os indicadores sociais [...]. Conjugam a qualidade de facilitar a visualização de um fenômeno social, enquanto geram polêmica no processo de simplificação/substituição em si. A Geografia destes indicadores é tomada de arrasto, de forma que estas discussões transbordam aos processos de mapeamento dos indicadores, de sua consideração em diferentes escalas, de sua superposição em cartogramas ou do abandono de alguns em favor de outros para que determinado espaço fique evidenciado (MILLÉO, 2005, p. 1).

Milléo (2005) enfatiza que a história do desenvolvimento de indicadores sociais está ligada estritamente às atividades desempenhadas pelas administrações no setor público, ocorrendo durante o século XX. Entretanto, somente na década de 1960 é que a área ganha um aporte científico mais consistente frente a uma evidente assimetria entre o crescimento econômico e uma evolução dos aspectos sociais, principalmente observando a realidade da população de países subdesenvolvidos, com altos índices de desigualdade social.

Os governos passaram a implementar o sistema de estatísticas públicas e a sistematizar relatórios sociais. Gerou-se uma euforia com as possibilidades de uso dos indicadores, principalmente sobre as iniciativas de políticas públicas em médio e curto prazo. Como muitos objetivos não foram alcançados, paralelamente a uma crise na década de 1970, o uso dos indicadores passou por uma fase de descrédito. Essa fase foi contornada no final da década de 1980 com o aprimoramento de novas experiências quanto ao planejamento, definição e implementação de políticas públicas. Na década de 1990 até a atualidade, o movimento dos indicadores sociais passou por um processo de revitalização, com o incentivo de agências internacionais através de acordos, fóruns e congressos (JANNUZZI, 2002).

A dificuldade em se estabelecer um dado numérico que possa traduzir com maior exatidão as características de um espaço passa principalmente pela seleção de indicadores que representem de fato os principais aspectos socioeconômicos de uma população. Milléo (2005), quando estabelece o objetivo de elaborar uma crítica a uma utilização dos indicadores sociais pela Geografia, enfatiza que é preciso traçar um equilíbrio entre o preconceito e o fetichismo que envolvem a utilização de dados quantitativos para tentar decifrar uma questão qualitativa. É preciso definir que tipo de instrumento utilizado pelos gestores públicos são os indicadores e por quais motivos esses dados ou as metodologias de índices são desenvolvidas.

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa, dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para a formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão ocorrendo na mesma. Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento, por parte do poder público e da sociedade civil, das condições de vida e bem-estar da população e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (JANNUZZI, 2002, p. 55).

A aplicação de indicadores sociais passa pela disponibilidade de dados estatísticos primários necessários para a sua elaboração. Nesse sentido, Jannuzzi (2002) enfatiza que apesar de algumas deficiências, a disponibilidade de estatísticas sociais, econômicas e demográficas no Brasil e a sua distribuição através de agências de âmbito estadual e federal traz um volume de dados que auxiliam na elaboração de políticas públicas nas mais diversas escalas do território, fator que não é observado em outros países latino-americanos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, tem a função de coordenar o Sistema de Produção e Disseminação de Estatísticas Públicas, como produtor de dados primários, compilador de informações provenientes de ministérios e disseminador de estatísticas, assim como as agências estaduais de estatística.

Segundo Jannuzzi (2002), há o esforço de municípios em investir na construção de indicadores sintéticos e de sistemas de informações estatísticas, visando a aplicação de recursos em políticas públicas. Entretanto, o autor critica o processo metodológico que definiu o uso de indicadores para o diagnóstico de problemas sociais. Uma das situações discutidas é a definição da medida de um indicador antes mesmo de se inferir o conceito a ser utilizado. Nesse sentido, como forma de representar confiabilidade no processo de uso dos dados a compor um indicador social, o mesmo deve ter um grau de cobertura populacional adequado aos propósitos a que se presta, ser sensível a políticas públicas implementadas, ser específico a efeitos de programas setoriais, ser inteligível para os agentes e públicos-alvo das políticas, ser atualizável periodicamente, a custos razoáveis, ser amplamente desagregável em termos geográficos, sociodemográficos e socioeconômicos e gozar de certa historicidade para possibilitar comparações no tempo.

Na perspectiva de Milléo (2005), no processo de construção dos indicadores sociais, as principais ideias adotadas foram as possibilidades de se estudar as questões sociais através de um dado quantitativo que, a princípio, não poderia substituir o raciocínio de uma lógica qualitativa, ou seja, as equivalências matemáticas utilizadas que deveriam traduzir o social. O autor cita como exemplo a questão da segurança, em que não é possível representá-la através de um número, mas é possível elaborar uma metodologia que demonstre o índice de violência em determinado espaço durante um período variado com base no número de dias em que não ocorra assassinatos, por exemplo.

Uma das críticas mais enfáticas tecidas por Jannuzzi (2002) é com relação a elaboração de índices sintéticos. Esses índices são formulados utilizando-se indicadores que fundamentam diferentes realidades. O autor deixa claro que é necessário a elaboração de critérios de classificação

para direcionamento de esforço de políticas públicas, entretanto pondera que os índices sintéticos não refletem a realidade, tornando um indicador menos sensível para o direcionamento dessas políticas. Entretanto, será que o caminho é desqualificar totalmente a utilização de índices sintéticos na análise de uma realidade?

Um fator importante a se considerar é a qual abordagem esse índice está sendo submetido. Por exemplo, de que forma o dado utilizado é divulgado para a população, muitas vezes tentando transparecer uma falsa realidade de uma determinada localidade. Nesse caso recorrendo aos municípios, além de induzir ao erro, faz com que a população não conheça de fato a sua própria realidade, privando sua participação nos processos decisórios da vida municipal.

Entretanto, se o índice é utilizado tendo em vista as necessárias ponderações e analisando a singularidade de cada indicador que compõe o resultado final e depois seja feita uma análise empírica da real situação do local, vale destacar a importância da utilização desses indicadores, não como forma de elaborar diagnósticos definitivos, mas sim para definir estratégias de atuação do poder público.

4 EVOLUÇÃO DOS ÍNDICADORES SOCIAIS DOS MUNICÍPIOS EMANCIPADOS NA DÉCADA DE 1990 NA ÁREA DA AMUVI

Este item tem como objetivo a análise por meio de índices compostos elaborados com base em indicadores sociais. São analisados três índices: o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, e o Índice de Exclusão Social - IES.

O IFDM é um estudo do Sistema Firjan que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico, compreendendo 5.471 municípios brasileiros, sendo excluídos da análise os novos municípios para os quais ainda não existem dados, bem como os 94 em que foram observados ausência, insuficiência ou inconsistência de dados. As variáveis observadas são emprego e renda, educação e saúde, sendo cada variável principal composta por subvariáveis: geração de emprego formal, taxa de formalização do mercado de trabalho, geração de renda, massa salarial real no mercado de trabalho formal, Índice Gini de desigualdade de renda no trabalho formal, atendimento à educação infantil, abandono no ensino fundamental, distorção idade-série

no ensino fundamental, docentes com ensino superior no ensino fundamental, média de horas-aula diária no ensino fundamental, resultado do IDEB no ensino fundamental, proporção de atendimento adequado de pré-natal, óbitos por causas mal definidas, óbitos infantis por causas evitáveis e internações sensíveis à atenção básica (FIRJAN, 2019).

O IFDM é composto com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. De leitura simples, o índice varia de 0 a 1 ponto para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1). O IFDM começou a ser publicado no ano de 2005 e teve sua última edição lançada em 2018 com dados referentes ao ano de 2016.

Apesar de apresentar uma sequência anual quanto a disponibilidade dos índices, um problema do IFDM é a falta de dados de alguns municípios, dados esses que geralmente tem como fonte as prefeituras municipais. Uma das vantagens é que, quando possível a sua elaboração, ações de cunho mais imediato podem ser elaboradas considerando a sua periodicidade.

Como forma de apresentar um comparativo entre a primeira e a última publicação do índice, nas Tabelas 1 e 2 é possível observar o IFDM dos municípios emancipados na década de 1990 que compõe a Amuvi.

Apesar de apresentarem melhora no resultado geral do IFDM, alguns dos indicadores que compõem o índice devem ser observados particularmente. Considerando os dados referentes à educação e saúde, todos os municípios apresentaram melhoras satisfatórias, evidenciando um maior investimento nesses setores. Entretanto, se observarmos os dados referentes a emprego e renda, constatamos que dos oito municípios selecionados, apenas o município de Cruzmaltina apresentou uma variação positiva.

Outro fator observado quanto o IFDM é a variação do resultado dos municípios selecionados em comparação com o conjunto dos 399 municípios do estado do Paraná. De acordo com o ranking do estado, apesar das variações positivas nos índices, apenas os municípios de Cruzmaltina, Lidianópolis e Novo Itacolomi subiram de posição em comparação com os demais municípios paranaenses.

Com relação ao IDHM, este índice foi elaborado a partir de três indicadores: longevidade, educação e renda. Assim como o IFDM, o IDHM varia de 0 a 1, sendo: muito baixo (0 a 0,499), baixo (0,500 a 0,599), médio (0,600 a 0,699), alto (0,700 a 0,799) e muito alto (0,800 a 1).

Tabela 1: Amuvi, IFDM de municípios instalados na década de 1990, 2005.

Município	Evolução do IFDM – Saúde	Evolução do IFDM – Emprego e Renda	Evolução do IFDM - Educação	IFDM – Geral	IFDM - Classificação (Paraná)
Novo Itacolomi	0,8608	0,5177	0,7389	0,7058	108°
Mauá da Serra	0,8280	0,6510	0,6060	0,6950	128°
Godoy Moreira	0,8313	0,5035	0,6406	0,6585	206°
Cruzmaltina	0,8370	0,4633	0,5723	0,6460	235°
Arapuã	0,7661	0,4760	0,6228	0,6217	280°
Lidianópolis	0,5321	0,5567	0,7024	0,5971	322°
Rio Branco do Ivaí	0,6302	0,6063	0,5377	0,5914	329°
Ariranha do Ivaí	0,6426	0,4679	0,6424	0,5843	337°

Fonte: Firjan, 2019 – Elaboração: SANTOS, D. C; 2019.

Tabela 2: Amuvi, IFDM de municípios instalados na década de 1990, 2016.

Município	Evolução do IFDM – Saúde	Evolução do IFDM – Emprego e Renda	Evolução do IFDM - Educação	IFDM – Geral	IFDM - Classificação (Paraná)
Novo Itacolomi	0,9811	0,4870	0,8490	0,7724	96°
Mauá da Serra	0,8913	0,6011	0,7669	0,7683	147°
Lidianópolis	0,7605	0,5557	0,8655	0,6787	206°
Cruzmaltina	0,9023	0,5010	0,8332	0,7272	218°
Arapuã	0,7770	0,4255	0,8336	0,7237	325°
Godoy Moreira	0,8742	0,3770	0,7636	0,7531	335°
Rio Branco do Ivaí	0,8947	0,3054	0,7916	0,6716	349°
Ariranha do Ivaí	0,8227	0,3215	0,8399	0,6639	354°

Fonte: Firjan, 2019 – Elaboração: SANTOS, D. C; 2019.

O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global, porém adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Os índices são elaborados a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE. Assim como o IFDM, as dimensões que compõem o IDHM também são elaboradas a partir de subindicadores esperança de vida ao nascer, escolaridade da população adulta, população com 18 anos de idade ou mais com ensino fundamental completo, fluxo escolar da população jovem, população de cinco a seis anos de idade frequentando a escola, população de 11 a 13 anos de idade frequentando os anos finais do ensino fundamental, população de 15 a 17 anos de idade com ensino fundamental completo, população de 18 a 20 anos de idade com ensino médio completo, taxa de alfabetização, renda per capita (PNUD, 2019).

Nas Tabelas 3 e 4, apresentamos os resultados finais do IDHM dos municípios integrantes da Amuvi referentes aos anos de 2000 e 2010. Nas Tabelas 5 e 6, apresentamos os resultados finais do IES referentes aos anos de 2000 e 2010 para os municípios emancipados na década de 1990 integrantes da Amuvi.

Diferentemente do IFDM, o IDHM apresentou uma melhora para todos os indicadores observados: longevidade, educação e renda. Quanto a comparação com outros municípios do estado do Paraná, os municípios de Novo Itacolomi, Arapuã, Ariranha do Ivaí Godoy Moreira e Rio Branco do Ivaí apresentaram uma melhora na classificação dos municípios do estado, enquanto Lidianópolis, Cruzmaltina e Mauá da Serra ocupam posições mais baixas comparando os resultados do ano de 2010 aos do ano de 2000.

Por fim, o Índice de Exclusão Social foi criado em 2002, a partir de dados do Censo Demográfico de 2000 e de 2010, se refere aos seguintes indicadores: Proporção de domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de até meio salário mínimo, proporção de trabalhadores com carteira de trabalho assinada e funcionários público estatutários na População Economicamente Ativa, Índice de Gini da renda domiciliar per capita da população residente, taxa de alfabetização das pessoas de cinco anos ou mais de idade, proporção de pessoas com 17 anos ou mais que concluíram o ensino médio, proporção da população com até 19 anos de idade e taxa de homicídios por 100 mil habitantes. Os dados são do Censo Demográfico, disponibilizado pelo IBGE, e do Sistema de Informações de Mortalidade, disponibilizado pelo Ministério da Saúde (POCHMANN; AMORIM, 2014).

Tabela 3: Amuvi, IDHM dos municípios instalados na década de 1990, 2000.

Município	IDHM – Longevidade	IDHM - Educação	IDHM - Renda	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	IDHM - Classificação (Paraná)
Novo Itacolomi	0,738	0,522	0,549	0,596	203
Lidianópolis	0,767	0,437	0,588	0,582	246
Cruzmaltina	0,684	0,439	0,543	0,546	320
Arapuã	0,748	0,410	0,523	0,543	326
Mauá da Serra	0,738	0,324	0,609	0,526	350
Ariranha do Ivaí	0,702	0,341	0,576	0,517	359
Godoy Moreira	0,748	0,345	0,528	0,515	363
Rio Branco do Ivaí	0,702	0,279	0,541	0,473	388

Fonte: Pnud, 2019 – Elaboração: SANTOS, D. C; 2019.

Tabela 4: Amuvi, IDHM dos municípios instalados na década de 1990, 2010.

Município	IDHM – Longevidade	IDHM - Educação	IDHM - Renda	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	IDHM - Classificação (Paraná)
Novo Itacolomi	0,831	0,633	0,681	0,710	175
Lidianópolis	0,802	0,598	0,657	0,680	303
Arapuã	0,828	0,584	0,638	0,676	312
Godoy Moreira	0,828	0,578	0,642	0,675	316
Ariranha do Ivaí	0,794	0,594	0,637	0,670	323
Cruzmaltina	0,768	0,593	0,650	0,666	334
Mauá da Serra	0,793	0,529	0,661	0,652	356
Rio Branco do Ivaí	0,783	0,537	0,624	0,640	369

Fonte: Pnud, 2019 – Elaboração: SANTOS, D. C; 2019.

Tabela 5: Amuvi, Índice de Exclusão Social dos municípios instalados na década de 1990, 2000.

Município	Índice de Emprego	Índice de Pobreza	Índice de Desigualdade	Índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Juventude	Índice de Violência	Índice de Exclusão	Posição Paraná
Mauá da Serra	0,577	0,180	0,084	0,773	0,400	0,558	0,859	0,456	275°
Lidianópolis	0,438	0,056	0,045	0,783	0,363	0,753	1,000	0,455	277°
Novo Itacolomi	0,399	0,059	0,009	0,774	0,378	0,761	0,851	0,423	339°
Cruzmaltina	0,387	0,092	0,028	0,752	0,330	0,710	0,882	0,419	346°
Ariranha do Ivaí	0,357	0,043	0,039	0,758	0,299	0,680	1,000	0,417	350°
Godoy Moreira	0,266	0,056	0,038	0,699	0,298	0,721	1,000	0,407	363°
Rio Branco do Ivaí	0,365	0,061	0,045	0,720	0,336	0,500	1,000	0,394	377°
Arapuã	0,353	0,050	0,028	0,757	0,336	0,646	0,720	0,372	392°

Fonte: POCHMANN, M. et al, 2003; GUERRA, A. et al, 2014 – Elaboração: SANTOS, D. C. (2019)

Tabela 6: Amuvi, Índice de Exclusão Social dos municípios instalados na década de 1990, 2010.

Município	Índice de Emprego	Índice de Pobreza	Índice de Desigualdade	Índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Juventude	Índice de Violência	Índice de Exclusão	Posição Paraná
Novo Itacolomi	0,300	0,781	0,813	0,820	0,485	0,651	1,000	0,684	127°
Ariranha do Ivaí	0,316	0,638	0,763	0,712	0,329	0,639	1,000	0,628	236°
Lidianópolis	0,292	0,696	0,767	0,648	0,271	0,655	1,000	0,627	238°
Cruzmaltina	0,295	0,705	0,817	0,687	0,374	0,634	0,835	0,623	248°
Godoy Moreira	0,291	0,628	0,686	0,711	0,251	0,621	1,000	0,597	294°
Mauá da Serra	0,583	0,618	0,616	0,745	0,262	0,467	0,878	0,592	302°
Rio Branco do Ivaí	0,403	0,494	0,588	0,696	0,306	0,468	1,000	0,556	342°
Arapuã	0,250	0,567	0,566	0,694	0,305	0,594	0,854	0,538	360°

Fonte: POCHMANN, M. et al, 2003; GUERRA, A. et al, 2014 – Elaboração: SANTOS, D. C. (2019)

O IES também varia de 0 a 1, sendo os municípios, após a elaboração do índice de cada um, classificados da seguinte maneira: variando de 0,200 a 0,450; de 0,450 a 0,560; de 0,560 a 0,680 e; os resultados muito altos variando de 0,680 até 1, deixando claro que nenhum município brasileiro atinge o índice máximo. Segundo Pochmann e Amorim (2014), os índices como o IES não buscam uma definição final na classificação dos incluídos e excluídos socialmente. O IES é apresentado como um indicador comparativo das condições sociais nas diferentes unidades estudadas.

Apesar de ainda não apresentarem uma evolução expressiva quanto aos dados do IES, foram observadas melhoras nos índices de todos os municípios selecionados. Uma das vantagens observadas quanto ao Índice de Exclusão Social é um maior número de variáveis, possibilitando a análise da disponibilidade de serviços públicos essenciais para a população de cada unidade municipal.

Segundo a classificação dos municípios selecionados em comparação com os demais municípios paranaenses, das oito unidades municipais analisadas, apenas Mauá da Serra apresentou uma posição pior segundo os dados do ano de 2010 em comparação com os resultados do ano de 2000. Mauá da Serra é o município que possui a maior população dentre os municípios selecionados e também a localidade que apresentou a variação populacional positiva mais expressiva. São constatações que não permitem uma leitura negativa quanto a condição de um município observando os dados demográficos.

Tendo em vista os dados que compõem o IES dos anos de 2000 e 2010, todos os municípios apresentaram melhoras significativas quanto aos índices de pobreza e desigualdade. No índice de emprego, apenas Mauá da Serra, Rio Branco do Ivaí e Godoy Moreira apresentaram variação positiva em seus resultados. No índice de alfabetização, somente em Novo Itacolomi e Godoy Moreira foram observadas melhoras. Já no índice de escolaridade, apresentaram melhores resultados os municípios de Novo Itacolomi, Cruzmaltina e Ariranha do Ivaí. Todos os municípios apresentaram uma piora no resultado referente ao índice de juventude. Por fim, considerando o índice de violência, com exceção de Cruzmaltina, Mauá da Serra e Arapuã, os demais municípios selecionados apresentaram a avaliação positiva máxima possível.

O nível de detalhamento proporcionado pelo Índice de Exclusão Social é primordial pois enfatiza as diferenças entre as localidades, mesmo possuindo características parecidas, como contingente populacional e período de emancipação. Alguns dados podem ser destacados, como a

dificuldade dos municípios de pequeno porte econômico e populacional na geração de empregos formais, ou na diminuição do número de jovens nessas localidades, o que está relacionado a dificuldade anteriormente mencionada. Isso influencia de maneira direta nos resultados de escolaridade e alfabetização. Entretanto, a maior parte desses municípios de acordo com os procedimentos adotados neste artigo configuram-se como locais seguros para se viver, mesmo que essa segurança muitas vezes seja proporcionada por uma menor distribuição de capital entre a população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo foi resultado de uma pesquisa de mestrado, que tem como objetivo o estudo dos indicadores sociais como ferramenta de análise. Os indicadores observados compõem os seguintes índices: IFDM, IDHM e o IES. Enfatizamos que as medidas administrativas cabíveis a um município não devem ser tomadas somente mediante uma ação unificada e centralizada, mas sim articulada e respeitando as diversidades dos lugares, sejam elas baseadas na lei, na sociedade, na economia ou na cultura locais, considerando os municípios instalados na década de 1990 que compõem a Amuvi.

A utilização dos indicadores sociais se torna uma importante ferramenta no sentido de analisar a situação atual dos municípios e sua evolução em diferentes períodos. No caso dessa pesquisa, que selecionou municípios instalados na década de 1990, os indicadores apresentaram, de uma maneira geral, uma melhora na qualidade de vida da população. Entretanto, é preciso fazer algumas ponderações quanto aos índices sociais compostos analisados nessa pesquisa: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Índice de Exclusão Social. Além de salientar as diferenças entre cada índice, consideramos outros fatores relevantes: as dificuldades de se obterem dados de todos os municípios no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, já que os resultados são extraídos de fontes das próprias prefeituras municipais; os conflitos entre diferentes índices e; a quantidade de variáveis selecionadas para cada índice.

Um dos maiores desafios das pequenas localidades, mesmo que elas tenham uma melhora com a instituição de municípios é a geração de emprego e renda. Essa questão acaba impactando

em outros resultados que foram analisados nos municípios, como índice de escolaridade e índice de juventude. Isso demonstra a dificuldade desses espaços como locais de oportunidades, especialmente para a população jovem. Porém, é preciso enfatizar o quanto essa questão muitas vezes está longe do alcance dos representantes locais para ser resolvida ou mitigada, pois, considerando o modo de produção capitalista, a questão da distribuição de emprego e renda muitas vezes passa pelas ações de representantes de escalas mais amplas. Essa é uma questão muito complexa, que deve ter atenção e ser matéria para outras pesquisas futuras.

A utilização de indicadores sociais é apresentada como uma ferramenta importante no planejamento e elaboração de estratégias para a solução de problemas observados em um determinado território. Salientamos a importância do uso desses indicadores, porém com algumas ressalvas: os resultados dos municípios, principalmente se tomarmos os exemplos utilizados nessa pesquisa, são próximos, o que leva a crer que os municípios apresentam as mesmas características e soluções conjuntas podem ser elaboradas. Porém, sem uma análise concreta de cada realidade, de forma particular, não é possível estabelecer uma política pública eficiente.

6 REFERÊNCIAS

AMORIM, Ricardo; POCHMANN, Márcio. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Editora Cortês, 2003.

AMUVI. **Sobre a AMUVI**. Disponível em: <<http://www.amuvi.com.br/?p=432>> acesso em: 25 jul. de 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 12 fev. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 15, de 12 de setembro de 1996**. Dá nova redação ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc15.htm> acesso em: 12 fev. de 2019.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, SP. 2006.

FIRJAN. **IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.** Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/>> acesso em: 11 mar. de 2019.

GUERRA, Alexandre et al. **Atlas da exclusão social no Brasil: dez anos depois.** São Paulo: Editora Cortez, 2014.

IBGE. **Censo Demográfico.** 2000. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9663-censo-demografico-2000.html?edicao=9771>> acesso em: 12 fev. de 2019.

IBGE. **Censo Demográfico.** 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>> acesso em: 12 fev. de 2019.

IBGE. **Região de Influência das Cidades (Regic, 2007).** Rio de Janeiro: IBGE, 2008. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil.** Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>> acesso em: 18 out. de 2019.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro, v. 36, n. 1 p. 51-72, Jan/Fev. 2002.

MILLÉO, José Carlos. **A utilização dos indicadores sociais pela geografia: uma análise crítica.** Niterói: s.n., 2005. 105 f. Tese (Doutorado em Geografia) –Universidade Federal Fluminense, 2005.

POCHMANN, Márcio et al. **Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial.** São Paulo: Editora Cortez, 2003.

Data de recebimento: 10 de dezembro de 2019.

Data de aceite: 15 de janeiro de 2020.